

OS PADRES DA IGREJA E A TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA

O Concílio Vaticano II ensina que tanto a Escritura quanto a Tradição “constituem um só sagrado depósito da palavra de Deus confiado à Igreja” (DV 10), razão pela qual já o Concílio de Trento, em 1546, advertia sobre o respeito que ambas merecem no âmbito eclesial (cf. DS 1501). Dentre as testemunhas mais eloqüentes e respeitáveis da Tradição, que conjuntamente constituem um de seus monumentos (Y. Congar), encontram-se os Santos Padres, verdadeiros Pais da Igreja. São personagens insígnies da Igreja antiga e reverenciados como tais. Possuem voz autorizada, oferecem alimento sólido para nutrir o pensar teológico hodierno.

A patrística é algo complexo e diversificado, irredutível a um denominador comum. Prolonga-se a era dos Padres da Igreja desde a última década do século I até os meados do século VIII. Nos seus inícios estão os Padres apostólicos, assim chamados porque quase que exclusivamente reproduzem o ensinamento dos Apóstolos, principalmente os de Paulo de Tarso. Por volta do ano 125 surgem os Padres apologistas, comprometidos na defesa da fé cristã diante dos ataques do judaísmo e do paganismo. É em torno do ano 200 que se constitui, na Igreja, o que se poderia chamar de “ciência teológica” propriamente dita, com o advento de pensadores de larga envergadura, como Ireneu de Lião, Clemente de Alexandria, Tertuliano e Orígenes. Já no século IV surgem os três grandes Capadócijs: Basílio de Cesaréia, Gregório de Nazianzo e Gregório de Nissa. Entre tantos méritos dos Padres, destaca-se o de empreender um esforço não pequeno por pensar a identidade da sociedade que então passa a se caracterizar como cristã. No século IV, tendo sido o cristianismo adotado por Constantino como meio de coesão do Império romano e, mais tarde, reconhecido oficialmente por Teodósio como religião estatal, os seguidores do “Cami-

nho" (At 19,9.23) se vêem livres da perseguição imperial e têm a chance de começar a pensar a Deus num novo contexto social. É nesta nova situação que se introduz o termo "teologia" na acepção que hoje conhecemos, a saber, discurso racional sobre Deus.

Evidentemente nossos tempos são muito diversos daqueles dos Padres da Igreja. A sociedade hodierna não é "oficialmente" cristã. Se para os Padres da Igreja o grande desafio era o anúncio do monoteísmo cristão num mundo marcado pelo politeísmo pagão, os nossos dias se caracterizam quer pela secularização, quer pela indiferença religiosa, quer ainda por uma religiosidade difusa à qual respondem ofertas as mais variadas numa espécie de "supermercado" religioso. Entretanto, nada nos impede de interrogar estas grandes figuras da Igreja antiga quando intentamos pensar como se pode ser cristão no tempo presente. Aliás, acarretaria graves conseqüências para a teologia uma atitude de pretensa ruptura com o passado, com o argumento insustentável de que "só o presente conta". Quiçá nos esteja faltando, no campo restrito da reflexão teológica, uma releitura crítica e inteligente dos Padres, enquanto atitude de revigorante comunhão com a Tradição eclesial.

Retornar aos Padres não é nenhum exercício de "arqueologia" teológica, nem puro e simples esforço de editar as obras dos grandes autores da patrística. Tal retorno ad fontes Patrum implica indagá-los sobre as soluções que, em momentos delicados da história, deram a problemas surgidos nos primeiros tempos da Igreja quanto ao conteúdo íntegro e inegociável da fé cristã, de tal modo que, a partir da experiência por eles vivida, se encontrem novas luzes para os problemas teológicos de hoje. A propósito, recorde-se o notável êxito, no pós-guerra, da corrente de renovação teológica conhecida como Nouvelle Théologie, que abriu espaço a uma não pequena renovação bíblica, litúrgica, patrística e ecumênica. Nestes tempos, com a publicação de Sources chrétiennes, iniciada em Lyon em 1943 e que contou com o pioneirismo de homens como Henri de Lubac e Jean Daniélou, fez-se ecoar nos ambientes teológicos de então a voz autorizada dos Padres, com o fito de renovar a teologia, livrando-a das rígidas malhas da neo-escolástica.

O retorno aos Padres vem ao encontro do desejo de superação da fragmentação do universo teológico, que se dá numa problemática "classificação" do conteúdo teológico intentada na elaboração de tratados os mais diversos e estanques. Ora, já na vida concreta dos Padres realizava-se uma unidade dificilmente perceptível nos que hoje se dão ao exercício da produção teológica. Com efeito, eram eles pastores e teólogos, conhecedores do mundo que os rodeava e servidores das comunidades eclesiais de então, homens de ação e homens de contemplação, ascetas e místicos, indivíduos atentos às circunstâncias

que os afetavam e, ao mesmo tempo, voltados para o Senhor em adoração silenciosa. Tal vivência deste sentido de integração entre o ser e o agir, entre o pensar e o operar, indubitavelmente derivada de uma autêntica paixão pela unidade, facilitava-lhes o exercício de exprimir os fundamentos da fé no concreto da história, em contato freqüente com as realidades do século. Viviam os Padres em si próprios uma notável e profunda unidade pessoal; em verdade, nada lhes era mais repugnante que a divisão, quer no íntimo do coração humano, quer no interior da comunidade eclesial.

Os Padres possuíam conaturalidade espontânea com a Sagrada Escritura. Os conteúdos dos livros santos fluíam espontaneamente de seus corações, seja na elaboração de textos teológicos, seja na prática da pregação homilética. Os conteúdos comunicados na assembléia litúrgica eram antes serenamente assimilados mediante a leitura orante e respeitosa das páginas divinas. Eles assumiam uma atitude de profundo acatamento em face das sagradas letras, cuja inteligência se oferece àquele que, com humildade, “dobra sua cerviz” para poder penetrar na caverna da Sagrada Escritura e aí descobrir seus mistérios (cf. AGOSTINHO DE HIPONA, Conf. 3,5,9). É desta forma que as opiniões teológicas dos Padres, brotadas desta relação vital com a Bíblia, não têm valor meramente argumentativo, mas constituem rico cabedal hermenêutico na qualidade de traditio interpretativa. O sentido das Escrituras era por eles captado na certeza de que Deus fala por intermédio dos textos sagrados. A propósito, mencione-se que os Padres apropriaram-se dos textos paulinos, não repetindo mecanicamente o que já dissera Paulo em suas cartas, mas aplicando estes textos a novas situações a partir de uma interpretação inteligente dos mesmos, como fizera por exemplo Agostinho na elaboração de sua eclesiologia do Christus totus a partir da visão eclesial do corpus Christi em Paulo. Ainda que se deva conceder que a exegese tipológica e cristológica do Antigo Testamento, e a inteligência espiritual do Novo Testamento, levadas a efeito pelos Padres, tenham sido, em não poucos casos, arbitrárias e – admitamo-lo! – fantasiosas, não se pode deixar de reconhecer que muitas de suas interpretações dos textos sacros gozam de atualidade, exatamente porque feitas in medio Ecclesiae. Tais interpretações, convenientemente articuladas aos resultados alcançados pela moderna exegese histórico-crítica, são iluminadoras para a vida da Igreja de hoje. Com efeito, esta articulação processa-se na forma de conjugação de dois movimentos complementares: enquanto os Padres partem “do interior” da Escritura para interpretar as inúmeras passagens da Bíblia, de modo especial aquelas que se lhes apresentam como obscuras (método aliás herdado do judaísmo), o método exegético histórico-crítico, partindo “de fora”, vale-se do aparato da crítica textual e das descobertas históricas e arqueológicas, em vista de uma abordagem mais científica dos textos sagrados. Desta forma, o método

exegético histórico-crítico “corrige” certos dados da leitura bíblica dos Padres, aceitáveis no mundo antigo e, todavia, não mais válidos nos dias de hoje. Não é difícil conceder que o estudioso da Bíblia de nossos dias possa ter em si a atitude reverencial diante da Escritura, típica dos Padres, e concomitantemente trabalhar com os recursos que lhe oferecem os modernos instrumentos de interpretação histórico-crítica de textos. Assim, a partir de uma criteriosa articulação destes dois métodos de abordagem da Bíblia – patrístico e histórico-crítico –, chega-se a um melhor e mais rico entendimento da Escritura.

No que diz respeito ao emprego da hermenêutica patrística em vista de uma mais consistente inteligência dos textos bíblicos, têm os Padres da Igreja muito a ensinar-nos precisamente na América Latina. Reconhecendo-se louváveis exceções, como o esforço de se situar a leitura da Sagrada Escritura no contexto sócio-econômico-cultural dos empobrecidos – método de hermenêutica bíblica similar ao dos Padres –, não é difícil admitir que, nos países latino-americanos, por via de regra faz-se uma pouco pensada e cômoda passagem dos conteúdos bíblicos à estratégia pastoral, sem que se utilize o rico instrumental hermenêutico que nos legaram os Padres. Isto acaba por privar-nos de uma mais rica e abrangente interpretação do que dizem os autores dos textos sagrados, com reflexos nocivos para a reflexão teológica como tal. Aliás, não somente a teologia latino-americana carece de uma maior freqüentação dos Padres. Vários documentos mais recentes do episcopado latino-americano revelam esquecimento do rico patrimônio patrístico por parte de nossos pastores. Diga-se de passagem que exclusivamente o Documento de Santo Domingo faz tão-somente uma menção indireta à Carta a Diogneto. O conjunto dos textos, porém, reflete escasso manuseio da doutrina dos Padres, em particular no Brasil, por falta, talvez, de uma tradução de textos patrísticos que seja acurada e acessível, e portanto verdadeiramente útil aos estudiosos da teologia.

Contribuíram os Padres no processo de inculturação da fé cristã, quando se serviram da língua grega – o idioma culto e largamente difundido nos primeiros séculos da nossa era – para dizer o conteúdo desta mesma fé, originariamente semita. À guisa de exemplo, mencione-se o Concílio de Nicéia I, em 325, quando, no contexto das controvérsias cristológicas, adotou-se no Símbolo a expressão $\text{o}\text{J}\text{m}\text{o}\text{o}\text{u}\text{v}\text{s}\text{i}\text{o}$ "tw/' patriv (consubstancial ao Pai) (cf. DS 125) para se dizer que a natureza do Filho é a mesma do Pai. Por sinal, não se pode menoscar o fato de que foi graças à inculturação da mensagem cristã no âmbito grego que o cristianismo pôde ser universalmente proclamado, recebido e professado (H. C. de Lima Vaz).

Os Padres da Igreja atribuíam especial importância à liturgia, reconhecida por eles como o locus theologicus por excelência. A proclamação in Ecclesia do mistério de Deus mediante a linguagem litúrgica constituía ocasião singu-

lar de a inteligência humana abrir-se ao “entendimento” do mistério divino, como Agostinho ensinava aos cristãos de Hipona: *et amando et benedicendo cognoscas Dominum* (que tu, tanto amando quanto bendizendo, conheças o Senhor) (Sermo 365,1). Nada mais distante daquilo que encontramos atualmente em certas assembléias eucarísticas da Igreja católica romana, reduzidas que foram a palco de atuação de presbíteros *showmen*. Ademais, as assembléias litúrgicas presididas pelos Padres constituíam-se em lugar de celebração do mistério divino não somente a ser crido, mas a ser também, e sobretudo, confessado *vocibus et moribus*. O esquecimento desta relação íntima entre a liturgia celebrada nos templos e a “liturgia” vivida no cotidiano, tão cultivada pelos Padres, não explicaria em parte um cristianismo vivido hoje como cultivo individualista da fé cristã, sem repercussões éticas? Revisitar os Padres por certo nos levaria a uma maior e mais natural integração das três regras do ser cristão: a *lex orandi*, a *lex credendi* e a *lex agendi*. Mais. Buscar inspiração na teologia patrística por certo nos libertaria de uma ainda encontrada mentalidade “mágica” entre os fiéis no que respeita aos sacramentos, a qual deriva de uma dificuldade em se associar o evangelho pregado ao rito celebrado (L. Bouyer). Aliás, no terreno específico da liturgia, não é verdade que, após a ruptura eclesial de 1054, o abandono da teologia “simbólica” dos Padres nos tem levado, no Ocidente, à elaboração de uma teologia marcadamente “conceptual”, característica do segundo milênio?

A pastoral se beneficiaria como um todo, se os leigos em nossas comunidades fossem iniciados na leitura dos textos patrísticos. O zelo dos pastores sem grandes dificuldades encontraria fórmulas de fazê-lo, talvez mediante a celebração do ofício das leituras por ensejo de grandes festas litúrgicas, como Natal e Páscoa. Nestas ocasiões os textos dos Padres prescritos pela disciplina litúrgica poderiam então ser lidos na assembléia litúrgica, e comentados em homília. Não seriam tais celebrações muito mais benéficas ao Povo de Deus do que devoções que não encontram testemunho na tradição litúrgica da Igreja? Ademais, é louvável a iniciativa editorial no Brasil de se publicarem textos patrísticos acessíveis ao fiel comum, em volumes de poucas páginas, de caráter catequético, com o objetivo de tornar conhecido o multiforme e rico ensinamento dos grandes autores eclesiásticos da Antigüidade.

Os Padres articulavam o discurso teológico com imensa liberdade. Recordem-se a propósito dois exemplos. Basílio de Cesaréia, nos capítulos sexto a oitavo de seu tratado *Sobre o Espírito Santo* (composto entre o final de 374 e o final de 375, posterior portanto ao Concílio de Nicéia I), para dizer que a natureza do Filho é a mesma do Pai, usa o termo *ὁμοῦτιμος* (cf. PG 32,92a) – que significa identidade de glorificação ou de honra – e não o termo niceno *ὁμοούσιος* (consubstancial). Fazendo esta opção e sustentando-a com testemunhos da Sagrada Escritura, Basílio Magno prepara sua defesa contra os pneumatômacos, expressa propriamente a partir do capítulo nono do citado tratado. Ora, Basílio de Cesaréia entende que se, na ordem da economia, o Filho é digno da mesma glória que se concede ao Pai, é porque as pessoas do

Pai e do Filho têm a mesma natureza. Aplica, portanto, o termo ὁμοῦς "à pessoa do Filho não simplesmente como tendo um sentido próximo a ὁμοούσιος", mas como seu equivalente. Basílio de Cesaréia, evidentemente, não recusa o Concílio de Nicéia I; todavia, mantendo-se nos limites da ortodoxia, vê-se livre para empregar um termo que, em última análise, diz o mesmo que a expressão adotada pelo Símbolo niceno. Outro caso é o de Basílio de Ancira, personagem da Igreja antiga que se situa no grupo dos eusebianos. No sínodo de Ancira, em 358, Basílio de Ancira se recusou a usar o termo ὁμοούσιος "da ortodoxia, preferindo a expressão ὁμοιος" kat' ἰουδαίαν (semelhante quanto à substância). Sua posição desfrutou de prestígio por algum tempo, de modo particular no Oriente, mas depois foi abandonada. Sem dúvida, a posição de Basílio de Ancira foi rejeitada em consequência de um controle da ortodoxia, mas não se pode dizer que ele não tenha encontrado liberdade para manifestar seu pensamento; tanto o fez que ganhou adeptos para seu modo de pensar. A aceitação da decisão de Basílio de Cesaréia por um lado, e a rejeição da opção teológica de Basílio de Ancira, por outro, deram-se então no seio da grande Igreja, num tempo em que os sínodos provinciais e diocesanos, dos quais participavam bispos-teólogos, eram as instâncias normais de disciplinamento da doutrina. Os Padres podiam julgar a ortodoxia de uma determinada afirmação e/ou intuição teológica – e o faziam com liberdade, destemor e sabedoria – porque eram, além de homens devotados à leitura dos livros santos e consagrados à inteligência do mistério de Deus, indivíduos próximos à vida do homem comum, atores de uma experiência de vida eclesial em que "o confronto e a comunicação, não a imposição do alto, criavam verdadeiramente comunhão de Igrejas" (A. DI BERARDINO, «Percursos de koinonia nos primeiros séculos cristãos», Concilium (2001/3) 61).

Os Padres da Igreja oferecem ao atual diálogo teológico ecumênico singular contribuição. As Igrejas e Comunidades eclesiais envolvidas neste diálogo, a partir de uma leitura dos textos patrísticos que seja atenta e isenta de preconceitos, certamente acabarão por se aproximarem mais, em busca conjunta da celebração comum do *mysterium unitatis*, num comum retorno à Tradição compartilhada até os séculos XI e XVI (G. Wainwright). Afinal, não é já um sinal de esperança o fato de as Comunidades eclesiais nascidas da Reforma começarem a descobrir o valor da Tradição eclesial, libertando-se do unilateral e sufocante reconhecimento da *sola Scriptura* como autoridade no âmbito eclesial, e conseqüentemente interpretando a Escritura no seio da Tradição (cf. DS 1507, 3007)? E ainda, um conhecimento mais acurado dos Padres não favoreceria uma maior aproximação entre as tradições eclesiais do Oriente e do Ocidente, de tal forma que se enriqueçam mutuamente, e assim a Igreja de Cristo volte a "respirar com seus dois pulmões" (João Paulo II)? Esta reaproximação das duas grandes tradi-

*ções eclesiais sem dúvida redundará em benefício para ambas: no Ocidente, o discurso teológico, feito a partir da *lex orandi*, será enriquecido e ganhará mais vigor, e no Oriente, a teologia valer-se-á de uma postura mais crítica diante do mundo em que se inserem os cristãos.*

*A releitura dos Padres da Igreja numa atmosfera ecumênica há de ser benéfica à Igreja católica romana em particular, pois esta, a partir do reconhecimento de que havia uma sadia diversidade de sínteses teológicas entre os Padres, acabará por relativizar doutrinas enrijecidas ao longo dos séculos. Aliás, é aqui que se entende o posicionamento de Yves Congar, favorável à supressão, no Símbolo constantinopolitano, do polêmico inciso Filioque, o que seria por parte da Igreja católica romana “um gesto de humildade e fraternidade” de notável consequência ecumênica, desde que os orientais reconheçam o caráter não-herético da expressão como tal (trata-se portanto de uma formulação teológica correta, elaborada contudo no contexto do Ocidente cristão) e as comunidades cristãs de ambas as tradições sejam cuidadosamente preparadas a fim de que aceitem e recebam sem escândalo e com proveito tal alteração no Símbolo. Mais. Numa compreensão ecumênica, entende-se melhor o esforço de Erasmo de Roterdã de editar os Padres latinos e de traduzir os Padres gregos ao latim. Se sua iniciativa não tivesse sido rejeitada, em razão de ele ter sido posto sob suspeita de luteranismo, quiçá evitar-se-ia uma tão radical ruptura eclesial nos albores do século XVI. Na realidade, a intenção de Erasmo de Roterdã era tornar acessíveis ao povo cristão no Ocidente as fontes mais genuínas do cristianismo, para que a Igreja se corrigisse de seus erros, se purificasse da mundanização e das superstições de então e se alimentasse do que naquela ocasião se chamou de uma *philosophia Christi*.*

Evidentemente o uso teológico dos escritos dos Padres não pode se fazer ao modo de mera transposição mecânica, para os nossos dias, do que eles pensaram e escreveram. A releitura dos Padres não pode deixar de ser crítica e seletiva: crítica, exatamente porque atuaram em outros tempos e nem sempre as soluções que eles encontraram na Antigüidade são válidas hoje; e seletiva, porque há conteúdos patrísticos que hoje de fato não têm mais valor (haja vista as elucubrações numerológicas do Agostinho pregador, bem como suas etimologias arbitrárias). Uma revisitação dos Padres não pode ser ingênua, como se tudo aquilo que eles pensaram e disseram constituísse palavra digna de aceitação impensada. À guisa de exemplo, citemos as deploráveis consequências que acarretaram na história do dogma as releituras parciais que se fizeram das doutrinas agostinianas do pecado original, da graça e da predestinação (G. Madec). Apesar dos lamentáveis resultados aos quais foi levada uma leitura não criteriosa dos Padres em determinados momentos da história da Igreja, permanece válido seu testemunho de pastores do rebanho de Cristo, participantes da sociedade em que estavam inseridos, conhecedores das necessidades concretas dos homens, atentos à produção cultural de seu tempo. Eles têm muito que nos ensinar no exercício transdisciplinar da

teologia por meio de sua abertura crítica ao pensamento filosófico alheio, apropriando-se de termos e expressões para a construção da linguagem teológica. Sem dúvida, uma inteligente e criteriosa assimilação da forma mentis Patrum seria de grande utilidade, caso se queira fugir do círculo restrito do diálogo intrateológico em busca de contato frutuoso com o mundo que nos rodeia.

*Como fazer teologia nos nossos dias? Esta pergunta persegue a todos aqueles que se entregam à labuta de inteligência do *mysterium Dei*. Antes de se buscar um método eficiente de fazê-lo, um irrenunciável primeiro passo é comportar-se como os Padres da Igreja, a saber: pôr-se reverencialmente à escuta do Deus *semper maior*, que por meio das Escrituras lidas in *Ecclesia* se comunica aos homens como *Uno e Trino*. Indubitavelmente a teologia patristica – com todos seus matizes e diferenças específicas – continua a gozar de grande importância entre nós. A teologia não pode deixar de ser um discurso *uno* que articule dogma e moral, espiritualidade e ação concreta no mundo, exatamente porque estas não são partes estanques de um todo fracionado, mas dimensões necessárias do ser e do agir cristão. O *sensus Ecclesiae*, a contemplação silenciosa do mistério de Deus, o amor reverencial à Sagrada Escritura, o desvelo pastoral, o zelo apaixonado pela unidade no íntimo do coração humano e no interior da comunidade eclesial, todos estes são valores que encontramos nos Padres da Igreja, aos quais não se pode renunciar no exercício de fazer teologia nos nossos dias.*

*O retorno aos Padres da Igreja nada tem de nostálgico ou de “arqueológico”, mas traduz a prática hermenêutica tipicamente entendida como *deutervrwsī*”, ou seja, como recomeço: com efeito, reler os Padres da Igreja não é simplesmente repetir o que outros fizeram, mas recomençar, no presente, a experiência do “sempre antigo e sempre novo” viver in Christo in medio Ecclesiae.*